



ANS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Site: <http://www.ans.pt>

e-mail: geral@ans.pt



COMUNICADO

Nº: 13/2004
Data: 14 OUT 04

O FUTURO ESTÁ NAS NOSSAS MÃOS!

Através da comunicação social fomos surpreendidos, em pleno período de férias, com o anúncio de uma medida (qual milagre) que resolveria o problema das promoções dos militares (capitães e primeiros-sargentos) com mais de 14 anos de permanência no posto.

A medida tem o mérito do reconhecimento da gravidade da situação das carreiras dos militares por parte das Chefias e concomitantemente da injustiça que se abate sobre os seus homens.

Afinal a ANS tinha razão quando há anos vem alertando para a injustiça que constitui condenar um profissional a anos consecutivos, alguns perto de 20 anos, no mesmo posto, preenchendo todos as condições gerais e especiais de promoção e, em muitos casos com louvores, condecorações e elevadas médias de avaliação de mérito.

Mas então, é lícito que questionemos que se se reconheceu a injustiça, porque não atacar o problema na sua raiz, no redimensionamento dos quadros orgânicos à luz de uma estrutura hierarquizada, voltada, por exemplo, para a Garantia de Qualidade, evitando que seja inspector o mesmo que executou?

Desta forma não só se alcançaria um aumento de vagas nos postos cimeiros como também se teria a garantia de que a uma promoção corresponderia um aumento da responsabilidade e da autoridade, princípio básico de qualquer estrutura sã, virada para uma melhoria contínua e qualificando e dignificando os seus recursos humanos.

Por outro lado é também pertinente que questionemos se conhecedores todos os responsáveis, militares políticos, que a ANS tem vindo ao longo dos anos construindo um conjunto de propostas integradas, contemplando as três vertentes fundamentais (carreiras, sistema retributivo e quadros orgânicos), porque motivo não foram estas propostas tidas em consideração e os seus dirigentes integrados no grupo de trabalho que elaborou a dita proposta, como estipula a Lei Orgânica nº 3/2001, de 29 de Agosto? Em boa verdade, nem foi nessa altura, nem posteriormente!

Entretanto, e só em 9 de Agosto, nos foi enviado o dito projecto de Decreto-lei e sobre o que lemos e que entusiasmou inicialmente muitos camaradas que seriam abrangidos - mais de 400 na Força Aérea e cerca de 150 na Marinha - mais uma vez, anuncia-se uma coisa e ameaça-se com outra.

De facto, e no que respeita aos camaradas da Marinha, como este Ramo não paga os cinco pontos indiciários que são devidos em cada promoção, não ficariam a ganhar absolutamente nada, nem um cêntimo. Os mais de 400 camaradas da Força Aérea ganhariam de facto os cinco pontos indiciários. Mas, em troca, seria alterada a redacção do artigo 278.º do EMFAR, que define a caracterização funcional de cada posto, colocando-os na situação absurda e indigna de continuarem a exercer as mesmas funções até atingirem o posto de SMOR, pois as funções do posto de SCH seriam também gravemente desvalorizadas. Ou seja: a uma promoção hierárquica, em vez de uma valorização e qualificação funcional, com a responsabilidade e a autoridade inerentes, resultaria, realmente uma despromoção funcional - não só para os mais de 400 que "usufruiriam" da medida, mas para todos os sargentos da Força Aérea.

Por outro lado, a proposta estabelece que esta é uma medida conjuntural e extraordinária para ser aplicada só até ao dia 31 de Dezembro de 2004. Isso implica que de facto não se pretende resolver o problema que se anuncia, porque se assim fosse, propor-se-ia que a medida ficasse inscrita no EMFAR como um mecanismo regulador de carreira, como um tempo máximo de permanência no posto.

O problema que a FAP deseja ver resolvido por esta via é um outro! Como se sabe este Ramo durante anos não promoveu cursos de formação de sargentos em muitas especialidades, ou fê-lo com quantitativos manifestamente inferiores ao número de homens que, naturalmente, todos os anos abandonam as fileiras.

Esta política errada, como sempre denunciámos, de gestão de recursos humanos provocará a curto prazo a sua ruptura, só evitável pelo recurso a medidas estruturantes e não pontuais e de desvalorização profissional como as propostas pelas chefias militares, que pelo seu efeito remeteria para uma nova alteração do normativo interno no que se refere às escalas de serviço.

Esta última consequência serviria que nem uma luva à Marinha, que como se sabe, já tentou em sede do RGSNT (Regulamento Geral do Serviço Naval em Terra) impor que os Sargentos-Ajudantes integrassem as escalas de sargento de dia às unidades, intenção que a luta dos Sargentos da Armada, apoiada pela ANS, conseguiu derrotar..

Uma proposta desta natureza não só não resolve nada como, permitindo a propaganda fácil de que o problema está resolvido, compromete as diligências seguintes para se adoptarem as medidas reais e sérias que se exigem.

É esta mesma propaganda fácil que o actual governo promove para dar a imagem que a despesa com a Defesa cresceu (apenas decorre da aplicação da Lei de Programação Militar) quando a verdade é bem diferente e muito mais amarga.

Os Ramos debatem-se com dificuldades crescentes como ainda há bem poucos dias vimos na Imprensa afirmações do Comandante da Escola de Sargentos do Exército referindo as dificuldades na formação destes profissionais por razões financeiras e que continua a aguardar o cumprimento de promessas feitas pelo anterior Secretário de Estado da Defesa.

Esta situação, que os Chefes militares teimam em não denunciar, mantem-se e agrava os problemas ligados à satisfação de antigas e justas reivindicações das associações de militares no plano das carreiras, do estatuto remuneratório, da formação, dos sistemas de saúde e assistência social.

Assim, e na sequência do II Encontro Nacional de Delegados, realizado no passado dia 25 de Setembro, a ANS irá promover vários Encontros Regionais durante o corrente mês, com o objectivo de continuar a debater os problemas de carreira e de vencimentos com que nos debatemos e de, com os Sargentos de Portugal, encontrar as melhores formas que nos conduzam às suas soluções.

Por tudo o exposto, os Sargentos de Portugal, congregados em torno da sua associação representativa, a ANS, tudo farão para encontrar o caminho da justiça social consubstanciada numa carreira digna suportada por um sistema retributivo compatível com o seu elevado profissionalismo.

Para tanto, temos a convicção profunda que teremos de travar uma longa e dura batalha que só a unidade, empenhamento e coragem de todos nós - Sargentos de Portugal - em torno da ANS e das suas propostas, hoje mais do que nunca, válidas, realistas, justas e exequíveis, tornará possível alcançar o que há muito temos vindo a perseguir...a DIGNIDADE de sermos Sargentos da Forças Armadas.

O futuro está nas nossas mãos!

Desistir, Nunca!!!



Lisboa, 14 de Outubro de 2004
A Direcção